

**A. I. N°** - 206887.0127/03-9  
**AUTUADO** - RENATA MOREIRA MARRA SALVATINI  
**AUTUANTE** - JOELSON ROCHA SANTANA  
**ORIGEM** - IFMT-DAT/NORTE  
**INTERNET** - 14. 07. 2004

#### 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF N° 0246-04/04

**EMENTA:** ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTA FISCAL. OPERAÇÃO COM MERCADORIA ACOBERTADA COM NOTA FISCAL CONSIDERADA INIDÔNEA. TRÂNSITO DE MERCADORIAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. De acordo com a legislação, atribui-se ao transportador da mercadoria a responsabilidade pelo pagamento do imposto, na condição de responsável solidário, quando a aceitarem para transporte acompanhada de documentação fiscal inidônea. Rejeitada a preliminar de nulidade. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 14/09/2003, exige ICMS no valor de R\$11.919,60, em razão da utilização de nota fiscal com local de saída das mercadorias divergindo do constante no documento fiscal.

Na descrição dos fatos no Auto de Infração, o autuante consignou o seguinte: “algodão em pluma acompanhado de nota fiscal 0153 emitida pela Covale Comercial Vale do Bonito Ltda em Mato Verde-Mg com carimbos falsos apostos e fora do padrão utilizados pela SEFAZ-DAT/SUL. Diligência realizada pelo fisco de Minas Gerais declarou que a empresa inexistia no local. Sr. Warley Soares Carmo declarou nunca ter sido sócio da empresa Covale e que exerce a profissão de servente de pedreiro conforme termo da secretaria da fazenda de minas anexado. Junto com a nota fiscal estava ticket de pesagem que identifica o local de saída do algodão como sendo da fazenda dois amigos situada na cidade de Correntina, Bahia”.

O autuado ao impugnar o lançamento fiscal em sua defesa, fls. 55 a 59 dos autos, aduziu, inicialmente, que recebeu no dia 06/11/2004 a citação para efetuar o pagamento do débito objeto do presente Auto de Infração ou, em caso de discordância, apresentar a respectiva defesa administrativa junto ao CONSEF.

Argumenta, porém, que o lançamento de ofício padece de irremediável vício de nulidade, tendo alinhado os seguintes pontos:

1. Que os fatos que deram azo à autuação e narrados no histórico do Auto de Infração ora guerreado, não fazem qualquer liame entre a exigência do crédito tributário e a impugnante, nem “tão pouco traz à luz o preceito legal que o coloca nessa sujeição passiva, em face de suposta infração cometida por terceiros”;
2. Que por tolher um dos direitos mais prestigiados pela Constituição Federal, qual seja, o da ampla defesa e do contraditório, é patente a nulidade do Auto de Infração.

Prosseguindo em sua defesa, o autuado discorreu sobre o direito ao contraditório e a ampla defesa assegurados pela Constituição Federal, além de citar entendimento de tributarista que indica sobre o assunto. Sustenta que é defeso à Administração Fazendária subtraí-los mediante

omissões ou descrições fáticas singelas, as quais não evidencia a ligação entre a autuação e o autuado.

Após transcrever à fl. 57 dos autos os termos da acusação fiscal, disse que mesmo desconsiderando a sua péssima redação, a qual despreza as mais elementares regras de pontuação, o autuado asseverou ser de insofismável clareza que inexiste na sua narrativa um nexo de relação entre a infração supostamente suscitada e o defendente.

Segundo o autuado, com base no exposto no item 2.1, a ampla defesa e o contraditório não significa tão somente exercitar o direito de interpor impugnação em dois graus distintos, mas, sobretudo, a possibilidade de se defender corretamente, sob pena de ser o acusado condenado injustamente pelo motivo de não ter os meios necessários para desenvolver o contraditório, oportunidade em que fez as seguintes indagações: qual a infração que ele cometeu? Qual a sua responsabilidade legal perante essa exigência?

Cita o teor do art. 18, seu inciso IV e suas alíneas “a” e “b” do RPAF/99 e diz, com base nele, que a narrativa a ser consignada no Auto de Infração tem que ser clara, concisa, inequívoca, completa, de modo a proporcionar ao sujeito passivo o exercício das garantias constitucionalmente asseguradas, sob pena de imperdoável nulidade.

Às fls. 58 e 59, o autuado transcreveu entendimento de autora que indica acerca do significado do termo contraditório.

Ao finalizar, requer a nulidade do Auto de Infração.

O autuante ao prestar a informação fiscal, fls. 64 a 66 dos autos, descreveu, inicialmente, os motivos da lavratura do Auto de Infração.

Em seguida, aduziu que o autuado era o detentor das mercadorias transportadas, através do seu motorista, por ser o mesmo proprietário do veículo de placa BWY-6585, conforme DUT anexo ao PAF, cujo motorista de nome José Salvatini abandonou o veículo e a carga transportada, só voltando a aparecer após a liberação judicial das mercadorias.

Salienta que o requerimento da medida judicial foi feita de forma fraudulenta pela empresa COVALE, a qual encontra-se com pedido de cancelamento de sua inscrição por parte da SEFAZ-MG, além do que a procuração outorgada pelo sócio laranja de nome Warley Soares foi por ele negada, conforme documentos anexos aos autos.

Continuando em sua informação, o autuante fez a fl. 65 um resumo das alegações defensivas e diz que as mesmas têm apenas o caráter procrastinatório, pelos seguintes motivos:

I - Que o Auto de Infração fundamentou-se no Termo de Apreensão lavrado, após ter sido identificada às irregularidades fiscais causadoras de prejuízo à Fazenda Estadual;

II - Que a identificação do sujeito passivo como transportador, foi pelo fato da utilização de nota fiscal com local de saída divergindo do constante no referido documento, cuja irregularidade enquadra-se nos arts. 209, 911 e 913 do RICMS/97;

III - Que no presente lançamento, como quer o autuado não há vício de nulidade à primeira vista, pelo fato de ter sido identificado o sujeito passivo como transportador da mercadoria e seu motorista como detentor;

IV - Que as irregularidades foram descritas tanto no Termo de Apreensão como no Auto de Infração, bem como a base de cálculo e o valor do imposto apurado;

V - Quanto à alegação de cerceamento de defesa, esclarece não proceder, pois os fatos, o enquadramento disciplinar, a base de cálculo, as ocorrências policiais e as declarações acostadas aos autos comprovam as irregularidades fiscais que ensejaram a lavratura do Auto de Infração.

Às fls. 65 e 66, o autuante transcreveu os conceitos de Contribuinte (sujeito passivo), de Detentor de Mercadorias, além de Responsável por solidariedade, este último com base no art. 39, do RICMS, bem como citou o seu inciso I e suas alíneas “a” e “b”.

Ao finalizar, solicita que o Auto de Infração seja julgado procedente.

Ao analisar o presente PAF, objetivando a sua instrução, observei que o autuante anexou aos autos os documentos de fls. 7 a 19, além de outros às fls. 22 a 50, no entanto, a IFMT-Feira de Santana, ao expedir a intimação de fl. 20 ao autuado, apenas o convidou a comparecer a referida repartição, no prazo improrrogável de trinta dias, a contar da sua ciência, para efetuar o pagamento do débito ou apresentar defesa ao CONSEF, não fornecendo cópias dos citados documentos.

Para sanar a falha incorrida, foi proposta por este relator e aceita pelos demais componentes desta 4ª JF, a conversão do PAF em diligência a IFMT-Feira de Santana, para que fosse atendido o solicitado à fl. 69, o que foi cumprido, conforme intimação e AR às fls. 71 e 72.

Em nova manifestação às fls. 78 e 79 dos autos, o autuado sobre os documentos de fls. 7/19, após descrever a natureza dos mesmos, disse que as supostas irregularidades neles contidas não poderão atingir o impugnante, que apenas se limitou a transportar o produto vendido pela COVALE.

Com referência aos documentos de fls. 22/50, aduziu que diz respeito ao Mandado de Segurança impetrado pela “Manifestante” perante a Vara da Fazenda Pública e que liberou o veículo em 17/09/2003.

Acerca dos documentos de fls. 64/66, diz que se reporta a contestação apresentada pelo autuante, onde o mesmo tenta manter a procedência do Auto de Infração, sem, no entanto, combater as nulidades apontadas na defesa quanto à insubsistência do Auto.

Ao finalizar, o autuado entende que por ser o ato eivado de nulidade, deverá ser anulado, conforme art. 18, do RPAF/99.

À fl. 83, o autuante se pronunciou sobre a segunda intervenção do autuado nos autos, dizendo que nada de novo foi apresentado pela defesa, razão pela qual nada mais tem a acrescentar.

Ao concluir, solicita o julgamento procedente do Auto de Infração.

## **VOTO**

O fundamento da autuação foi em razão do autuado efetuar o transporte de mercadorias acompanhado de documentação fiscal considerada inidônea, em razão do seu emitente não mais exercer a sua atividade comercial no local, bem como pelo fato da mercadoria ter sido retirada de endereço diverso do constante na nota fiscal.

Para instruir a ação fiscal, foram anexadas aos autos às fls. 5 a 19, além de outros documentos, as cópias da Nota Fiscal nº 0153, de emissão atribuída a COVALE, do TICHET DE PESAGEM em nome da Fazenda Dois Amigos, situada no município de Correntina-BA., onde foi carregada as mercadorias, do DUT do veículo transportador, que tem como proprietário o autuado. Inicialmente, afasto a preliminar de nulidade, por entender que a presente autuação não se enquadra em nenhum dos incisos e suas alíneas do art. 18, do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99.

Ademais, observei que o autuado, ao impugnar o lançamento fiscal exercitou em sua plenitude o contraditório e a ampla defesa, não procedendo, portanto, a alegação de nulidade.

Quanto ao mérito da autuação, apesar de o autuado em sua defesa não ter feito qualquer abordagem a respeito, entendo caracterizada a infração, pois, de acordo com o art. 39, I, “d”, do

RICMS/97, são solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto e demais acréscimos legais devido pelo contribuinte de direito, os transportadores em relação às mercadorias que aceitarem para transporte acompanhadas de documentação fiscal inidônea.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **206887.0127/03-9**, lavrado contra **RENATA MOREIRA MARRA SALVATINI**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$11.919,60**, acrescida da multa de 100%, revista no art. 42, IV, “a”, da Lei nº 7014/96 e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 08 de julho de 2004.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO – PRESIDENTE/RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - JULGADOR

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - JULGADOR